

# Abertura econômica

- 8 OUT 1985

GAZETA MERCANTIL

por Célia de Gouvêa Franco  
de São Paulo

O governo da Nova República ainda não apresentou uma política econômica consistente e especialmente não demonstrou uma firme intenção de cortar seus gastos como fórmula para reduzir o déficit público.

Essa dura avaliação foi feita ontem por empresários dos setores bancário e comercial durante o I Congresso Nacional de Executivos Financeiros, que se encerra hoje.

Para rebater essas críticas, o ministro do Planejamento, João Sayad, procurou demonstrar que a estratégia governamental para diminuir o déficit público do próximo ano em Cr\$ 30 trilhões (em cruzeiros de hoje) é viável. E, mais, que 1985 está sendo

"um excelente ano" para a economia brasileira, com crescimento de 6%, inflação estabilizada em 200% e resultados muito favoráveis na balança comercial.

A análise mais abrangente da atual política econômica foi feita pelo presidente do Banco Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira, que foi convidado pelo Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros (IBEF) a apresentar o que foi chamado de "mensagem do empresariado".

Para ele, o processo de abertura não se deve limitar ao plano político, mas estender-se também à vida econômica. Para isso, seria necessária uma redução do papel do Estado na economia. Júlio Isnard, presidente do IBEF, por sua vez, afirmou que o governo se tem mostrado "muito tímido" nas suas medidas antiinflacionárias, parecendo ignorar que é o déficit público a principal causa da inflação.

"É importante salientar que, caso não seja implementado um programa consistente para reverter o atual processo de descontrole monetário e fiscal, não apenas será impossível obter uma redução do processo inflacionário como correremos o risco de mergulhar numa hiperinflação", disse Isnard.

Sayad garantiu, no seu pronunciamento, que é firme e permanente a disposição governamental de acabar com os desperdícios e anunciou a intenção de reduzir os gastos com custeio, falando especifica-



Carlos Antônio Rocca

mente na necessidade de conter o crescimento da folha de pagamentos. Apenas cortes nas despesas públicas não seriam, porém, suficientes para resolver o desequilíbrio financeiro do setor, sendo preciso, dessa forma, adotar um "pacote" — ainda em estudos — de recomposição das tări-

fas e de elevação da carga tributária.

Talvez a crítica mais contundente ao governo tenha partido, no entanto, de Carlos Antônio Rocca, presidente do Mappin, ao relacionar a falta de uma política econômica clara e eficiente com o atual baixo nível de investimentos privados. Somente a divulgação de um projeto econômico detalhado poderá elevar novamente o nível dos investimentos, um dado essencial para se promover a retomada da expansão econômica mais duradoura, afirmou, segundo relato do repórter Lázaro Evalir de Souza. As empresas, detalhou, estão fazendo investimentos apenas para ampliar suas exportações. Paulo Guedes, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), por sua vez, lembrou que em 1975 o total de investimentos no Brasil correspondia a 27% do Produto Interno Bruto; no ano passado, essa taxa caíra para apenas 14%.

(Ver página 3)